ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MAIORCA

ATA Nº18

Aos três dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta e oito minutos, ao abrigo da alínea a, do ponto 1, do art.º 24 do Regimento da Assembleia de Freguesia de Maiorca, reuniu no salão da União Filarmónica Maiorquense, em sessão extraordinária, a Assembleia de Freguesia de Maiorca. ----------

Presentes os seguintes Deputados: Partido Socialista (PS), António Simões de Jesus, José António de Oliveira Santos, Paula Cristina de Almeida Costa e Filipe Manuel Fadigas Rodrigues; Formação Figueira a Primeira (FAP), César Manuel Nogueira Madaleno Galocha, e Carlos José Fernandes Costa; Partido Social Democrata (PSD) Guida Maria Silva Freitas. ----------

Ausentes, com apresentação de justificação, os seguintes Deputados: Partido Socialista (PS), Dina Paula Dias Cação Nascimento; Formação Figueira a Primeira (FAP), Sónia Carina Santos Oliveira. ----------

Após verificação de quórum, o Sr. Presidente, António Simões de Jesus, deu início à sessão. ----------

1. Análise e esclarecimento sobre as deliberações da assembleia extraordinária de Freguesia de 19 de agosto de 2024. ----------

- Sr. Presidente da AF (Assembleia de Freguesia): Cumprimentou os presentes, agradecendo a presença de todos os membros da Assembleia e do Executivo. Disse ainda ser um privilégio a presença do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes. Estando a 2ª secretária ausente, convidou o membro da bancada do Partido Socialista, Filipe Rodrigues para assumir essas funções. Estando reunidas as condições, informou os presentes sobre o motivo da convocação da Assembleia Geral Extraordinária e o seu enquadramento legal. Informou ainda que de acordo com o Regimento, não haverá intervenção do público, bem como se absterem de bater palmas e/ou interromper as pessoas que estiverem a falar. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------

- Sr. Presidente da Junta: Deu as boas vindas a todos os presentes, agradeceu à União Filarmónica Maiorquense, pela disponibilização do espaço, agradeceu a presença da quase totalidade do Executivo Municipal e à imprensa local. Na Assembleia do dia 19 de agosto houve duas deliberações distintas, como consta da respetiva Ata. Hoje, o executivo reuniu com o Sr. Presidente de Câmara, tendo percebido conjuntamente que as aprovações da referida Assembleia, colocam em causa um projeto inovador que proporcionará habitação, um dos maiores problemas da nossa sociedade. Informou que o Sr. Presidente se disponibilizou para participar na Assembleia, prestando todos os esclarecimentos necessários. Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia que colocasse a votação, a autorização para que o Sr. Presidente da Câmara pudesse intervir. ----------

- Sr. Presidente da AF: Solicitou aos membros da Assembleia se se opunham à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, afim de proceder aos esclarecimentos que motivaram a convocação da Assembleia. Por unanimidade, foi autorizada a intervenção. ----------

- Sr. Presidente da Junta: Convidou o Sr. Presidente a integrar e a sentar-se na mesa do executivo. ---

- Sr. Presidente da Câmara: Agradeceu o convite e cumprimentou todos os presentes. Informou que, como Presidente de Câmara, quer na Figueira, quer em Lisboa, era a primeira vez que participava numa Assembleia de Freguesia. Há duas razões para que isso acontecesse. Uma é a afeição especial que tem por esta Vila. Tal como já no outro mandato, procurou fazer investimentos na Freguesia, numa dimensão diferente das outras Freguesias. A outra, é a natureza do assunto, muito importante para a Freguesia e

para o Concelho, ao abrigo das possibilidades disponibilizadas pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), que financia a cem por cento a construção de habitação a custos acessíveis para pessoas com rendimentos mais limitados. É uma oportunidade de ouro que não se deve desperdiçar. Normalmente estes investimentos são dirigidos para o centro do concelho. No mandato anterior, lembra-se de estar na Costa de Lavos e lhe dizerem que querem que se saia dali e vão para a cidade, para comprar ou alugar casas aos construtores. Daqui a uns anos, estará despovoada. Há uma razão para concentrar a população toda no mesmo sítio, poupando assim nas infraestruturas, no saneamento, água, etc. Não atribui a intenção de favorecer os promotores privados. Tal como há vinte anos, mantêm uma visão diferente, defendendo uma política de desenvolvimento, fixando as populações nos seus territórios. Por vezes pode sair mais caro levar as infraestruturas a lugares mais distantes, mas o retorno desse investimento, mormente o desenvolvimento agrícola, a limpeza dos terrenos, evitando a desertificação, é suficientemente compensador. Quando nos lançámos neste projeto de ser um concelho liderante na construção e reabilitação de fogos, somos um dos liderantes a nível nacional. Temos praticamente duzentos fogos a custos acessíveis. Em reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas, este disse que tirava o chapéu pela capacidade que tiveram de apresentar propostas para financiamento via IHRU (Instituto Habitação e Reabilitação Urbana). O Sr. Deputado César Galocha, ao contrário do que lhe chegou, nunca falou com ele sobre qualquer convocatória de Assembleia de Freguesia anterior. Foi surpreendido pela convocatória feita pelos membros da FAP (Figueira a Primeira). Ficou estupefacto com a deliberação tomada na Assembleia. Tendo-lhe escrito acerca do exercício do direito de preferência da Câmara, que quer fazer habitação a custos acessíveis, mas só o faz na cidade, devia fazer na periferia, espalhado pelo concelho. Nessa matéria não recebe muitas lições, se alguém fez habitação fora da cidade, foi ele. A oportunidade foi a de fazermos fogos em Maiorca, adquirindo a Casa da Praça, num investimento superior a dois milhões de euros. Há cerca de quinze dias a Srª Vereadora Olga Brás, informou-o que o IHRU não faria o investimento, por não o poder fazer em espaços comerciais. Todo o processo no IHRU tem sido sujeito a muitos percalços. Perante o que foi transmitido pelo Sr. Arquiteto Fernando Almeida, administrador do Instituto, falou com o Sr. Presidente da Junta no sentido de encontrar uma solução. As propostas feitas à arrendatária, são matérias da competência da Junta. Conhece o enquadramento, o contrato, as contas envolvidas e sempre achou que era possível um acordo. Sabe que houve uma revolta e uma carta relativamente ao assunto, em que o Sr. César Galocha diz que a pastelaria é um grande sítio de encontro na freguesia e dos estrangeiros que cá residem, a que chama a comunidade internacional de Maiorca. Respeita, compreende, mas já tem havido transformações maiores, sendo possível o acordo. Não tendo sido, por revogação da Assembleia de Freguesia, da deliberação anterior, é essa decisão o motivo da sua vinda hoje à Assembleia de Freguesia. Não veio pedir para voltarem atrás, só quer ter a certeza absoluta, olhos nos olhos, de que Maiorca troca a localização da pastelaria por um investimento de dois milhões e meio de euros, que traria cerca de vinte famílias. Seria um caso único no mundo. Se assim for, ter-se-á que informar o IHRU e fica tudo sem efeito. Não se afrontará os sentimentos genuínos da Freguesia. Na Assembleia anterior, foi usada muito a expressão "negócios e negociatas". Não há nenhum negócio de ninguém privado. Quem paga é o Estado via IHRU, compra o edifício à Junta pelo preço adequado, sendo o dinheiro para a Junta, com a devida fiscalização, paga a construção da habitação a cem por cento e as casas são colocadas no mercado a custos acessíveis para as famílias com rendimentos limitados. Quando o Sr. membro da Assembleia César Galocha fala em negócios e negociatas, será uma questão de espelho. É absolutamente falso. Nem há negócios e negociatas na Câmara que dirige. Gosto de ir a essa pastelaria, é um espaço agradável, não há nenhuma posição negativa referente a alguém e a nada. No século vinte e dois, era Presidente de Câmara, Santana Lopes e trocaram um investimento de dois milhões e meio de euros, por não quererem mudar de sítio uma pastelaria. O problema já está resolvido, tendo sido um erro do administrador do IHRU. O IHRU irá pagar menos. Em vez de dois apartamentos, fará um. Veio hoje explicar o que se passou, foram induzidos em erro. Foi apresentado um quadro sobre o que se passou como se alguém estivesse a beneficiar. Vão ser feitos vários fogos como este em diversas localidades do Concelho. Deve ter havido muitas Assembleias para discutir o Paço de Maiorca. O estado a que chegou, é um crime. Não lhe passa pela cabeça que a Assembleia não se tenha levantado pelo Paço e pelo Palácio, como o fez pela

pastelaria. O executivo anterior fez obras no exterior, mas lá dentro continuam os buracos. Agora, que se pretende vender, todos dizem que tem um grande valor patrimonial, mas ninguém quis saber. Tem autoridade moral para falar nos investimentos que fez na Freguesia, nomeadamente, Paço, Largo da Feira, Piscina e mais. Ir recuperar o Centro de Saúde, fazer o piso sintético do campo de futebol. Apesar da dívida, houve dinheiro para fazer espelhos de água, passeios em Buarcos e não houve para investir nestes edifícios, só porque não é ao lado da casa dos senhores mais poderosos. Não recebe lições de ninguém, nem admite ao Sr. César Galocha que se fale em negócios e negociatas. As pessoas falam assim dos outros, quando são capazes de o fazer. Não lhe passa pela cabeça julgar assim alguém. As pessoas têm a língua muita solta e sabe quem lhe pediu para que lhe arranjasse a sua rua e o saneamento. Luta pelas populações de todo o Concelho. Quem o ofende e invoca o seu nome em vão, a dizer que concordou com ele, relativamente à convocação da Assembleia, risca. Não interessa de que partido ou movimento pertencem, ou se tem carácter ou não. Esperou quinze dias para vir cá, porque é uma cobardia dizer o que foi dito na anterior Assembleia, sem dizer uma palavra a pessoas a quem se escreve e telefona quando se tem algum interesse próprio a tratar. Não manda dizer, vem dizer, se se faz entender. Tinha feito um acordo global com a Junta de Freguesia, construindo uma nova sede para a Junta, fazer a obra da Casa da Praça, fazer o possível no Palácio, recuperar o Paço, trazer famílias e contribuir para o desenvolvimento da Freguesia. Não é só com estrangeiros que as povoações se desenvolvem, é também atraindo e fixando famílias jovens. Esta vila é património, esta vila é das terras mais bonitas desta região. Todo este trabalho e depois vêm falar de piscinas e filas para as piscinas. A que nível se desceu? Trabalha em assuntos sérios. O Sr. Presidente da Junta, no início do mandato, chamou-lhe de tudo. Só não disse dele, o que Maomé não disse do toucinho. O que pensa dele pessoalmente, é uma coisa, o que interessa é tratar dos assuntos, seja com quem seja. Usarem-se estes temas para se atacarem uns aos outros, tenham paciência. Como Presidente de Câmara, nada lhe doi mais neste concelho do que entrar no Paço e não conseguir perceber como foi possível deixar uma obra por acabar e tudo a degradar-se. Estão a pagar cinco milhões de euros ao bpi por uma obra que ficou por fazer. ----------

- **Sr. Presidente da AF:** Tendo o Sr. Presidente da Câmara terminado a sua intervenção, foi dada a palavra ao Sr. Deputado César Galocha. ----------

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha**: Cumprimentou os presentes. Ficou surpreendido com a presença do Sr. Presidente da Câmara, por ouvir durante muito tempo os lamentos do Sr. Presidente da Junta, não conseguir falar com o Sr. Presidente sobre nada. De um momento para o outro criou-se um assunto que permitiu um contacto mais próximo. Pelas palavras do Sr. Presidente acha que houve um passar de informação que não corresponde à verdade, testemunhável pelos colegas da Assembleia. Nunca falou em negociatas referente ao Presidente da Câmara. Estando numa democracia madura com cidadãos que se interessam pelo seu espaço, os membros da Assembleia que os representam, ainda não sabem se vai cair um supositório ou uma caixa de fósforos, como projeto habitacional. Sabe-se que se tem que cumprir regras na reabilitação e na construção. Sabe-se que alguém quer avançar com um projeto habitacional, não havendo uma imagem, uma informação sobre o que se vai edificar naquele espaço, ou seja se não se sabe nada, nada poderá ser decidido. Se anda tudo com falta de transparência e obscuridade, a culpa não é de Maiorca, devendo a comunidade informada sobre o que se vai implantar e como. Na última Assembleia foi dito que a Junta de Freguesia é senhoria dum prédio designado Casa da Praça, com um contrato de arrendamento. A Junta não cumpre a lei, relativamente ao seu estatuto e obrigação como senhorio. Durante cerca de oito anos as pessoas que tomaram conta da pastelaria, melhor, um espaço que presta serviço à comunidade, não havendo alternativa à mesma, nem o Sr. Presidente da Junta arranjou. A pessoa que explora o espaço, investiu duzentos mil euros. Ao longo do tempo tentou reabilitar o espaço que se encontra ao abandono, tendo sugerido que nem pagasse um tostão de renda. Que tivesse a renda no tribunal e que solicitasse à Câmara que também cumprisse a Lei. Se o senhorio não cumpre a Lei a Câmara tem a obrigação de intervir e apresentar as despesas ao senhorio. Aquele espaço presta, com grande sacrifício, presta o serviço à comunidade, paga renda e durante a pandemia não ficou isenta de a pagar. É aquele tratamento que a Junta dá ao seu arrendatário. Perante as exigências do IHRU, propõe valores ridículos de dez mil euros de indeminização e quinze dias para sair. Foi a minuta que foi mostrada e que levou a comunidade a manifestar a sua revolta. Foi essa minuta que levou a bancada da FAP,

oposição, não sabendo se o Sr. Presidente está ainda de acordo com esta atitude, em acordo com a comunidade tomaram a iniciativa de contrapor a questão ao Sr. Presidente de Junta. A proposta é ridícula e não é dessa forma que se tratam estes assuntos. Aí sim, falou de negociata. Se o IHRU propôs duzentos e trinta mil euros para pagar ao Executivo da Junta, o IHRU teria conhecimento do processo de indeminização em curso. Provavelmente esse não será o valor, o número que foi apresentado ao Sr. Presidente já tinha cabimento para a indeminização. Se o Sr. Presidente da Junta não achar que esse valor não tem cabimento, deveria exigir ao IHRU que o apresentasse na negociação. Não é isso que se deve fazer a quem durante anos e anos, serviu a população, a qual se manifestou, sendo ele César Galocha o porta-voz, tendo o caráter de defender que se está a sentir prejudicado e lesado com a situação. Não é só a população, é também uma empresa privada, uma senhora que todos conhecem e que presta um serviço de qualidade. Os idosos que têm ali o seu espaço de discussão durante o pequeno almoço, os profissionais que se deslocam para almoçar, são as crianças que vêm da escola. Não é só uma pastelaria, é um restaurante, um espaço de convívio. Se a FAP está a defender o que a comunidade lhes transmitiu, sente que cumpriram o seu dever. Não foi falta de carater, foram princípios éticos e políticos. Tem consciência que dois milhões, são dois milhões, mas é uma questão de opção. O IHRU tem o Palácio Conselheiro Lopes Branco, se quiser fazer lá um condomínio fechado, pode-o fazer. O Sr. Presidente da Câmara pode apresentar ao IHRU essa solução. ----------

- **Sr. Presidente da Câmara**: Questionou o Sr. César se estava a falar a sério ou a brincar. ----------

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha**: Replicou que estava a falar a sério, tendo sido isso que apresentou na reunião da Assembleia sem qualquer crítica ao Executivo Municipal. Admite que as Atas que circulam, sejam um bocado transtornantes. Das primeiras linhas que leu, com muitos erros ortográficos que o enjoaram, não deu continuidade à sua leitura. Admite que está num parágrafo, aquilo que disse num primeiro discurso, no qual a população se manifestou batendo palmas e a mesma réplica que fez a outra Deputada da Assembleia. Tudo no mesmo parágrafo. O que falou em hora e meia aparece em quatro ou cinco linhas, traduzindo tudo aquilo que se pretendia dizer dele ao Sr. Presidente. Se o tema é interessante para o Município, desafia o Sr. Presidente a tomar uma ação. A Junta como não sabe gerir a situação com a ética profissional que se lhe exige, na sua opinião, deverá partilhar com o Sr. Presidente, o que deverá ser feita à empresa, na questão da indeminização. A Câmara sendo parte interessada, pode ter intervenção no processo indemnizatório. O Sr. Presidente da Junta, nunca falou na deslocalização da pastelaria para outro local, havendo alternativas em Maiorca, haja boa vontade de manter o serviço vivo. Só vêm contestar o que foi mal feito e eticamente reprovável, na sua opinião. Juridicamente inaceitável, tendo a empresa um contrato até dois mil e vinte e oito, tendo feito benfeitorias na ordem dos duzentos mil euros, acha que se sentiriam muito mal com a proposta que o Sr. Presidente, vergonhosamente fez, se tivesse consciência do que tem feito até ao momento, porque isso não se faz. ----------

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra à Srª Deputada Guida Freitas. ----------

- **Sra. Deputada PSD, Guida Freitas**: Cumprimentou os presentes. Falou especificamente do agrupamento de escuteiros 271, já que é uma vertente muito importante, já que para além das vinte famílias que poderão vir viver para cá, já existem vinte famílias que usufruem do espaço do logradouro da Casa da Praça, mais conhecido por celeiro. De seguida, leu um documento que se junta a esta Ata como Anexo 1. ----------

- **Sr. Presidente da AF:** Questionou se havia mais algum Deputado para intervir. Não havendo, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----------

- **Sr. Presidente da Junta:** Agradeceu a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara, independentemente do que possa ter passado entre eles, e foi muito como se sabe, muitos criticaram e bem, porque quando se está no exercício político, há que saber receber as críticas. Tendo que se trabalhar com um sentido, o qual no final pode não ser o que se tinha. A política não é nem nunca foi uma linha direita. Com o passar do mandato a quase um ano de eleições, o Executivo Municipal apresentou para Maiorca, projetos, alguns que não passaram disso mesmo, soluções, nem sempre as melhores, mas que foram aprimoradas. De há um tempo tem havido entendimentos e ainda bem, Sr. Deputado César Galocha. Acha que o entendimento é interessante, sendo que não manda mensagens ao Presidente, a não ser para falar sobre assuntos respeitantes à Junta de Freguesia de Maiorca. A Assembleia foi solicitada

por haver dados novos sobre o processo. Com o esforço do Sr. Presidente de Câmara, reuniu no dia de hoje com a Srª Vereadora Olga Brás e com o Sr. Vereador Ricardo Silva, tendo falado sobre a nova possibilidade, a qual requer celeridade. A possibilidade é a de reverter a deslocalização do espaço comercial. Manter a localização da pastelaria e cumprir o contrato vigente. Esta alteração deve-se ao empenhamento do Executivo Municipal junto do IHRU. A alteração consiste em manter a "Boutique do Pão Quente" no mesmo sítio, aprovando em próxima Assembleia, se for do entendimento do Sr. Presidente da Assembleia e dos Srs. Deputados, a constituição do Edifício em propriedade horizontal, para assim destacar o espaço comercial e assim aprovar a fração remanescente da Casa da Praça, ou seja, todo o restante edifício e o logradouro e ainda aprovar a construção de habitação para arrendamento acessível naquela fração. Pode ser feito hoje, mas não podia ser feito há quinze dias. Ir-se-ão perder dois apartamentos, mantendo todo o restante. Não se pode perder por nada este investimento. Percebeu, ao longo do mandato, que não o preocupa o projeto arquitetónico porque tem a consciência de que quem está à frente, sabe o que deve ser feito. Não lhe preocupa a vinda de indesejados, pois leu o processo do IHRU, referente ao arrendamento. A maioria das pessoas não reúnem as condições necessárias para concorrer pois existem critérios. Não será um gueto. Será para famílias com rendimentos médios. A preocupação e é trazer gente para Maiorca, requalificar o edifício e manter o espaço comercial, como sempre defendi. Nunca foi intenção do Executivo retirar o espaço comercial. Sobre os valores indemnizatórios, não existe fórmula legal para se atribuir. Existe negociação. Na última Assembleia, recorda a Assembleia que desaprovou o que estava aprovado, está-se em democracia. Esta Assembleia é que deve refletir se deve ou não aprovar um investimento de dois milhões de euros, se deve ou não haver mais reabilitação de habitação na Freguesia. Foi referido o caso dos escuteiros, mas não gostando de mandar recados, é completamente diferente do espaço comercial. Existe um protocolo, que se vai cumprir. O protocolo é claro sobre a ação a tomar quando o espaço for vendido e sujeito a obras. O assunto será resolvido após a resolução do caso pendente. Há mais instituições sem sede, as quais não beneficiaram nem de água nem de luz, como os escuteiros beneficiam. Foram ajudadas outras coletividades não tendo fechado a porta a ninguém. O que se pretende da Assembleia é se vai manter o espaço comercial, vender o restante edifício e ter habitação. ----------

- Sr. Presidente da AF: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. ----------

- Sr. Presidente da Câmara: Porque não gosta de não provar o que diz, tendo o Sr. Deputado César Galocha ficado com tonturas e mal impressionado com o que leu na Ata e partindo do princípio de que ninguém está de má fé, cita o que um Deputado da FAP a falou na Assembleia anterior, "O que vimos muitas vezes na Figueira da Foz (isto é um Deputado da FAP a falar), e falo por queixas pessoais, é que muitas vezes a Câmara da Figueira, só decide sobre a Figueira da Foz, esquecendo as zonas rurais." Na intervenção anterior já demonstrou que não se esquece das zonas rurais. Citando, "É fácil darem os duzentos e trinta e oito mil euros, mas é muito difícil investirem cá os quatro milhões do pé para a mão. São eles (eles, nós) que vão convidar os amigos arquitetos e engenheiros". ----------

- Sr. Deputado FAP, César Galocha: Eles nós não… desculpe. Não esteja a pintar a manta e a fazer comentários... ----------

- Sr. Presidente da Câmara: Está aqui escrito, é uma Ata… ----------

- Sr. Presidente da AF: Sr. César, não interrompa, já lhe dou a palavra, temos que ouvir a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e já lhe dou a palavra. ----------

- Sr. Presidente da Câmara: A diferença da Ata é que desta vez está aqui e da outra vez não. Numa coisa lhe dá razão, é sobre não se conhecer o projeto, o que é verdade porque ele ainda não existe. Existe o estudo prévio. Nesta fase, no contrato com o IHRU existe um estudo prévio, sendo o projeto desenvolvido posteriormente. Concorda que a Assembleia, a Junta e a população em geral venham a conhecer o projeto, para se poderem pronunciar sobre a decisão final. Um Deputado da FAP diz, citando ""Se paga 300.000€ por piscinas de água salgada, estando lá o pessoal na fila, para apanhar banhos de 20 minutos. Tendo agora o Sr. Presidente tanta proximidade com a Autarquia, o Palácio é propriedade da Câmara Municipal, poderiam começar por lá a fazer "esta é preciso descaramento" os apartamentos. Podem lá fazer um condomínio privado, da mesma forma que pretendem fazer 6 moradias em condomínio privado no Paço de Maiorca, com vista para os jardins"". Havia quem quisesse fazer doze.

Quando se indignou com coisas que foram ditas, não estava a falar de cor. Nunca faltou ao respeito, nem costuma, nunca, ofender adversários nem companheiros de bancada. Estas considerações não são nada agradáveis, nos termos em que foram proferidas. Convidar engenheiros e arquitetos amigos e considerações do género, não é fácil viver nesse ambiente. A Assembleia de Freguesia decidirá e respeitará a decisão que for tomada. Todas e todos são maiores e vacinados, não se pode andar para trás e para a frente. Falou com o Sr. Ministro sobre se fazia sentido que por causa de um espaço comercial o IHRU não faça um investimento em habitação de dois milhões de euros, ao que respondeu que não, não fazia sentido. Deu indicações para a Srª Vereadora falar com a Secretária de Estado para ver se o financiamento era elegível. Não gostava de se envolver em debates em que se fale de valores de indeminização. Identificando a dona da pastelaria disse que apesar de não pertencer à comunidade internacional, gostava de ir lá, já que é um espaço muito agradável. Relativamente aos escuteiros há boa vontade no sentido de os albergar, nomeadamente o espaço em frente ao Paço, em que podem apresentar sugestões para recuperar. Com a sua idade, compreende que haja disputas e debates políticos entre a bancada da oposição e a da maioria. Jura que não gosta de ver desperdiçar grandes oportunidades para as terras. Não tem interesse nenhum, nenhum, a não ser como Presidente de Câmara. Não sai zangado com ninguém, nem com o Sr. Deputado César Galocha, nem com a oposição nem com a maioria. Este senhor (Presidente da Junta) já disse coisas de mim piores, muito piores. O seu dever é passar por cima de tudo isso e trabalhar com as pessoas que estão nos cargos. ----------

- **Sr. Presidente da AF:** "É um prazer e uma honra estar entre nós". Deu a palavra à Drª Paula Costa do Partido Socialista. ----------

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Cumprimentou os presentes. O sentido de voto que exerceu na primeira votação foi a abstenção. Na Assembleia extraordinária continuou a abstenção alegando a falta de informação relativamente ao assunto. Foi com agrado que viu esclarecidos alguns aspetos, agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara, esse esclarecimento. Para uma nova votação, será necessário saber o que diz o estudo prévio do IHRU, bem como o regulamento relativamente ao alojamento. Será interessante saber quais são as famílias que preenchem os requisitos para aceder a estas habitações. São dados importantes para se poder deliberar sobre este assunto. Felicita o retrocesso relativamente ao espaço comercial, porque no que se tinha sido votado, nunca esteve em causa a permanência da "boutique do pão". ----------

- **Sr. Presidente da Câmara:** Pede desculpa por interromper, para dizer que só soube desta questão há quinze dias. ----------

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Também souberam há pouco tempo, nomeadamente com as questões levantadas pelo Sr. Deputado César Galocha. Felicitou todo o trabalho desenvolvido e a solução a que se chegou. Será pertinente ter acesso ao estudo prévio e ao regulamento. É um gosto ter presente tanto Freguês de Maiorca. ----------

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Deputado César Galocha. ----------

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha**: Sr. Presidente, tem que replicar, pois esse "eles" que o Sr. Presidente fala, é muito vago. Pelo discurso escrito refere-se objetivamente ao IHRU e não a nenhuma Entidade em concreto. Não são tão ignorantes assim, que não se aceite como positiva a mudança. Foi graças ao seu (FAP) esforço no sentido de travar o que era completamente desajustado. Aceitam com bom grado o esforço, também por parte do Sr. Presidente da Junta, em corrigir o erro. ----------

- **Sr. Presidente da Câmara:** Pediu a palavra para realçar que os Sr. Deputados farão o que entenderem. A Srª Vereadora pode mostrar o estudo prévio, já que tem sido ela a lutadora incansável. Ficou de cara à banda por, por causa de uma loja, não se fazer um investimento de dois milhões de euros. O IHRU disse que o investimento era muito grande para o rácio, não estava propriamente dentro dos seus parâmetros. Percebeu o erro do administrador do IHRU. Deu um pouco de razão ao Sr. Deputado César Galocha, porque não falou com a oposição na Assembleia, mas sim com os representantes diretos em funções executivas. Se não quiserem o investimento, não fica zangado. Decidam. Está disposto para os dois caminhos. Questionando a Srª Vereadora, confirmou que o espaço da pastelaria está salvaguardo. -

- **Sr. Presidente da AF:** Questionou os Sr. Membros da Assembleia se queriam fazer mais alguma intervenção, ao que ninguém se pronunciou nesse sentido. Agradeceu a presença do Sr. Presidente da

Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes. Esclareceu que, no seu entender, tudo os que aconteceu nesta e nas outras Assembleias, não passou de um mal-entendido, falta de diálogo e falta de esclarecimento das pessoas. Gosta de estar esclarecido e informado tentando, junto da Câmara e de algumas pessoas, ter acesso ao Regulamento do IHRU. Informaram-no que o desconhecem, mas também se depreende que os futuros residentes não serão o que ele e os maiorquenses pensavam. Querem o bem e o progresso de Maiorca, querem boas pessoas, mas não as do Rendimento Social de Inserção (Presidente da Câmara; não, não, não…). Muitos dos jovens de Maiorca, foram obrigados a sair de Maiorca e a comprar apartamentos noutros lugares, porque não se podia construir, graças ao PDM. A bancada do Partido Socialista é maioritária, mas face a toda esta situação, são sensíveis a esta questão. Não votaram na proposta anterior, mas abstiveram-se permitindo a sua aprovação. O Sr. Presidente disse que a população e esta Assembleia se preocupou com esta questão, mas não com o Palácio Conselheiro e com o Paço, o que não corresponde à verdade. Todos os maiorquenses estão preocupados, os edifícios são propriedade da Câmara, sendo o caso do Paço pior, o qual foi comprado pelo Sr. Presidente e o executivo posterior ainda teve que investir seis milhões. Realmente há coisas difíceis de entender. A rua do Sr. César Galocha, há trinta anos, sendo ele Presidente, já falava no alcatroamento da rua. ----------

- **Sr. Presidente da Câmara:** Interveio dizendo que o Sr. Presidente da Junta lhe estava a dizer que estava em orçamento municipal. Se for alcatroada não digam que foi por alguma cunha ou alguma negociata feita nesta Assembleia. ----------

- **Sr. Presidente da AF:** Sr. Presidente não se esquecer das ruas de Maiorca. Em pleno século vinte e um ter uma Vila com tantos buracos, não é muito agradável. Deu a palavra ao Sr. César Galocha. -------

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha**: Em relação à sua rua, já no antigo executivo fez uma proposta para a zona da rua da Raposeira, onde muitos jovens estariam interessados em construir. Muita gente olha para a Rua da Espinheira, como uma primeira experiência com um pavimento histórico para a zona histórica de Maiorca, mas que nunca acontecerá. Um pavimento tradicional que poderia ir até ao miradouro. Sempre falou da Rua da Raposeira, porque tem potencial de crescimento. O PDM coloca imensas limitações, não se percebendo porquê. Pede ao Sr. Presidente da Câmara que acelere todo o processo do PDM. Não é só Maiorca, mas de fonte segura, sabe que quase todas as Juntas Rurais reclamam a revisão do PDM. Ninguém compreende como entre duas casas não se pode construir, havendo espaço, terreno, infraestruturas, tudo. Não há é vontade política de alterar um erro com décadas. Muitos dos maiorquenses não gostam de viver na cidade, mas sim no campo. Exige-se que se tenha a mesma qualidade de vida que os citadinos. Teremos quinze ou vinte novas famílias, mas não há trabalho nem mobilidade. Quem estará disposto a vir para Maiorca nestas condições. Tem de haver outras valências tendo até já feito uma proposta ao Sr. Presidente de Junta, rindo-se e achando irónico. A Junta vai receber todo esse dinheiro pela Casa da Praça, em colaboração com a Câmara, poderá estudar um projeto de mobilidade para séniores, juvenis se puderem deslocar à cidade em autocarro elétrico. Se a Junta sabe comprar carrinhas de nove lugares, para levar as associações sabe-se lá aonde, de tasca em tasca, pode prestar um serviço aos jovens e aos séniores, sempre que precisem. Um autocarro que passa duas vezes por dia em Maiorca, serve quem? Serve à empresa para receber um subsídio para ganhar o que não ganha com os passes que ninguém compra. ----------

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. ----------

- **Sr. Presidente da Câmara:** Agradeceu a gentileza, tendo sido uma honra ter participado na Assembleia. Respeitará o caminho que queiram seguir com a Câmara. Um dia todos iremos embora, formemos os nossos filhos no amor ao que é nosso. O que está nesta terra, não havia o direito de se deixar degradar, como se degradou, seja de que cor política tenham sido, não foi só de uma cor. Discorreu sobre algumas questões não especificamente relacionadas com o propósito desta Assembleia. ----------

- **Sr. Presidente da AF:** Agradeceu ao Sr. Presidente, aos Membros da Assembleia, dos Sr. Vereadores, Manuel Domingues, Olga Brás e Ricardo Silva, bem como a todos os presentes. Pensa que foram cumpridos os objetivos, correndo tudo dentro da normalidade. ----------

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por terminada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. ----------

Maiorca, 03 de setembro de 2024

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A junta de freguesia de Maiorca celebrou em 2019 um protocolo de cedência do espaço designado como celeiro com a Associação dos escoteiros de Portugal sendo o segundo outorgante o Grupo 271.

Não fui contra a venda do edifício da casa da praça na assembleia de abril de 2023 porque por falta de informação e talvez por falha minha não questionei o que acontecia com o espaço comercial e o grupo 271 dos escoteiros achando que estariam salvaguardados os seus direitos cada um com o seu contrato ou protocolo.

A informação que nos foi transmitida na altura seria que o contrato de compra e venda seria entre a Câmara municipal da figueira da foz e a junta de freguesia de maiorca, mas a verdade é que veio a saber-se que a compra seria feita pelo Instituto de reabilitação urbana (IHRU) e que segundo as suas condições e regras não haverá espaço para zonas comercias e de espaços verdes de utilidade pública.

Ou seja, numa casa de rés de chão e 1º andar seriam contruídos 8 fogos/apartamentos. E no jardim/logradouro construídos 10 fogos/apartamentos.

Eu gostava de saber como é que conseguem construir tanta habitação naquela casa, devem ser do formato de latas de sardinha... porque na realidade dá uma janela para cada apartamento... porque se olharem para o edifício tem 5 janelas no primeiro andar.... Ou então é para construir ali uma coisa estranha que vai alterar de todo a fachada da casa....

Temos de olhar bem para o edifício e ver que ele não consegue crescer para os lados, nem para cima...acho eu....

Em relação ao espaço do jardim, o único espaço verde que existe no meio deste casario todo do centro de maiorca, vale a pena abrirem o google maps e verem bem o que se passa á volta da casa do praça.

Pois é, verde é só mesmo ali, o resto é laranja, cinza e preto....

É um absurdo quererem eliminar aquilo que tantos lutam por ter e manter.

Numa altura em que se fala tanto de património, de herança cultural e de saúde e vamos dar cabo disto tudo! Os espaços verdes são um tesouro incalculável e sem preço.

Tenho que defender a causa dos escoteiros porque se eles não estivessem no jardim da casa da praça provavelmente já não era jardim era um estaleiro para coisa nenhuma ou mato.

Os escoteiros já tiveram várias promessas para uma nova sede, mas que não passaram disso mesmo, promessas. Já lhe foi prometida a escola primária de santo amaro da boiça, mas depois foi para lá uma associação, mais tarde foi dado o interesse no celeiro do largo da casa do paço e que novamente foi dado o espaço a outra associação. Ao que os escoteiros perguntam o que essas associações têm feito em maiorca...

Na realidade os escoteiros têm sido fundamentais para o crescimento educacional, formação de jovens e apoio em muitas das atividades e situações que ocorrem na freguesia.

Em relação ao espaço comercial boutique do pão quente apelo à permanência do mesmo e apoio o que o deputado César Galocha manifestou sobre a importância deste espaço comercial junto da população e dos turistas como lugar de referência gastronómico e cultural a manter.

Os escoteiros precisam de uma solução para poderem continuar o seu legado!

Concluo com dois pedidos

Não se esqueçam dos escuteiros e não se esqueçam que precisamos dos espaços verdes no nosso futuro!

Guida Freitas * Assembleia de Freguesia de Maiorca extraordinária de 3 setembro 2024